

PESQUISA COM CRIANÇAS: um olhar para as questões raciais na Educação Infantil do campo

LAVINIA BRASILINO DE MORAES
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

EMILIA PEIXOTO VIEIRA
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar, a partir de diálogos com crianças de 4 e 5 anos, como os conhecimentos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira são evidenciados em uma instituição de Educação Infantil do campo no município de Ilhéus-BA. Trata-se de uma pesquisa financiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Fundamenta-se na Pesquisa-Ação desenvolvida por Thiollent (1998), associada a instrumentos de pesquisas com crianças propostos pelos estudos de Kramer (2005) e Santiago (2019) como o uso de filmagens, fotografias, desenhos e oficinas. Dessa forma, será possível dialogar com as crianças sobre suas histórias e seus conhecimentos acerca da história e cultura africana e afro-brasileira e compreender os saberes que elas expressam sobre, valorizando o seu protagonismo ao longo da pesquisa e contribuindo para a construção positiva das suas identidades. A fim de discutir e entender melhor os conceitos que envolvem o tema, usaremos autores como Gomes (2012), Munanga (2004), Cavalleiro (2001), Oliveira (2004), Santiago (2019), Ribeiro (2019) e Pinheiro (2023). A escrita desse trabalho permitirá pensarmos questões propostas pela Lei 10.639/03, DCNRER (BRASIL, 2004), DCNEI (2010) no contexto da Educação Infantil do campo, como também, a partir da metodologia da pesquisa-ação com crianças buscar meios de discutir e concretizar ações que sejam capazes de pensar a educação em uma perspectiva antirracista com as crianças e não sobre elas. Neste artigo, apresentamos a base teórica-metodológica que sustenta a realização da pesquisa.

1557

Palavras-chave: Crianças do Campo. Educação Infantil. Questões Raciais.

Introdução

O objetivo desta pesquisa é analisar, a partir de diálogos com crianças de 4 e 5 anos, como os conhecimentos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira são evidenciados em uma instituição do campo que atende Educação Infantil no município de Ilhéus-BA. É uma pesquisa que toma como base a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER) de 2004. Para além das normativas, por se tratar de pesquisa com crianças pequenas, busca caminhos metodológicos que estejam alinhados com a sociologia da infância e pedagogia da infância, traçando interseccionalmente os marcadores sociais de raça, território e geração, visto que os participantes da pesquisa são crianças, negras e não negras, do campo.

Este estudo surge, a partir das experiências vividas por mim enquanto mulher e educadora negra. A partir do momento em que comecei a atuar como docente da Educação Infantil, já conhecendo a Lei 10.639/03, me senti na obrigação de fazer com que ela fosse cumprida pelo menos no ambiente em que eu estava inserida. Primeiro, por ser educadora e entender a minha importância nesse processo; segundo, por ser uma pessoa negra que desde a infância teve sua história marcada pelo racismo. Sei o quanto o ambiente escolar pode ser difícil e traumatizante quando você não está dentro dos padrões escolhidos de “paparicação” (ÀRIES, 1981; OLIVEIRA, 2004). Precisava sentir que estava contribuindo de alguma forma para a perpetuação de outro tipo de educação e prática.

A Lei 10.639/03 é resultado de muitas lutas sociais, principalmente do Movimento Negro Unificado (MNU), que desde a década de 1970 já tensionavam sobre a necessidade de políticas públicas educacionais que buscassem a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira. Após muitos embates, em 2003, a lei é sancionada e determina como obrigatória o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas (BRASIL, 2003). A referida Lei, no dia 09 de janeiro de 2023, completou 20 anos desde sua promulgação e apesar do seu caráter mandatório, uma pesquisa realizada pelo Portal Geledés e Instituto Alana evidencia que apenas 26% das secretarias realmente cumprem o que se espera diante da legislação.

1558

Impulsionada pela lei citada anteriormente, em 2004 foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004), documento que propõe a divulgação e produção de conhecimentos, formação de atitudes, posturas e valores que formem pessoas conscientes e orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004). Embora a Lei 10.639/03 não cite a obrigatoriedade na Educação Infantil (EI), as DCNERER, documento que norteia as práticas para o cumprimento da Lei, inclui todas as etapas educacionais.

Sendo a EI a primeira etapa da educação básica, se torna imprescindível o trabalho para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nesse contexto. Desde muito cedo as crianças já percebem as diferenças raciais no contexto escolar e já criam concepções pré-estabelecidas socialmente do que é ser uma criança negra e uma criança branca (CAVALLEIRO, 2001; OLIVEIRA, 2004; PICCOLO, 2008; TRINDAD, 2011; SANTIAGO, 2019; SILVA, 2022). Pesquisas como a de Oliveira (2004), Santiago (2019) e Santos (2021), realizadas com crianças bem pequeninas (0-3 anos) no contexto escolar, demonstram que o

racismo se apresenta na vida das crianças, principalmente as negras, desde muito cedo. As instituições de EI enquanto um espaço social, acaba reproduzindo em seu interior formas veladas de discriminação.

Isso nos leva a questionar o lugar e a importância da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana dentro do contexto da Educação Infantil. Se o racismo marca as crianças negras desde as mais tenras idades, não podemos esperar que elas aguardem até o ensino fundamental para ter acesso a uma educação antirracista. Vivemos em uma sociedade racista que tenta a todo custo silenciar o negro e a sua cultura, produzindo uma história única, por meio da ótica dos colonizadores. Os currículos educacionais são espaços de disputa de poder, que silenciam a identidade e cultura de determinado grupo em detrimento de outro e, normalmente não são os saberes dos grupos tidos como minoria que são valorizados (SILVA, 1999).

Santos, Vieira e Silva (2022) discutem sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) no contexto da Educação Infantil (EI), problematizando o tema da educação das relações étnico-raciais. Os dados desse trabalho evidenciam que tanto a BNCC quanto a BNC-Formação, ambos documentos que norteiam não só os currículos das escolas, mas também a formação inicial de professores da educação, em suas concepções defendem um currículo afinado à lógica neoliberal, perpetuando as desigualdades. Isso porque os documentos adotam uma perspectiva de negação e invisibilização das crianças e, sobretudo, das crianças negras, ameaçando as políticas educacionais de reparação das desigualdades raciais.

Surge, portanto, a necessidade de proporcionar mais momentos de discussões e ações voltadas para as Relações Étnico-Raciais (RER) nessa etapa de educação básica. Não só buscando engajamento da comunidade escolar para combater o racismo nos espaços educacionais, mas cobrando do Estado ações efetivas de cumprimento e acompanhamento da Lei e das DCN/RER, incentivando a reflexão e criação de práticas pedagógicas que almejem a valorização e o respeito às diferenças. É preciso olhar a história da população negra, afro-brasileira, a partir de outra ótica, principalmente nos espaços formadores como é a escola, promovendo, como afirma Ribeiro (2019) e Pinheiro (2023), uma educação que seja antes de tudo antirracista.

Compreendemos que a Lei 10.639/03 foi um passo importante para romper com estruturas sociais como afirma Gomes (2012):

abriu caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências (p. 105).

Seguindo o pensamento de Nilma Lino Gomes no trecho citado anteriormente, a medida em que se busca falar sobre as questões africanas e afro-brasileiras, a Lei e as DCNRRER estão rompendo com padrões estruturais que reproduzem o racismo. Por muito tempo, acreditava-se que o Brasil vivia em uma democracia racial, que os diversos grupos (negros e não negros) viviam harmoniosamente, isso permitiu que as desigualdades raciais e sociais fossem dissimuladas, contribuindo para que as classes favorecidas socialmente continuassem a legitimar os seus privilégios (MUNANGA, 2004).

O que se pretende com essa pesquisa não é demonstrar que as crianças negras não gostam do cabelo, da cor ou que querem ser brancas, pesquisas importantíssimas já apontaram isso em seus resultados e contribuíram para o nosso entendimento de hoje sobre o que é ser uma criança negra em escolas de “almas brancas”. Pautadas em um “falar” político e emancipatório por meio da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1998), queremos entender como os conhecimentos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira são evidenciados pelas crianças na Educação Infantil? Buscamos o fortalecimento das identidades das crianças negras, a partir de um olhar não distorcido e estereotipado acerca da história e cultura africana e afro-brasileira e, principalmente, considerando as próprias crianças.

Sendo assim, como citado anteriormente, esta pesquisa pretende analisar, a partir de diálogos com crianças de 4 e 5 anos, como os conhecimentos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira são evidenciados em uma instituição do campo que atende Educação Infantil no município de Ilhéus/BA. Para tanto, buscaremos (1) conhecer as ações formativas utilizadas pelo município para os/as professores/as da Educação Infantil do Campo para a implementação da Lei n. 10.639/03 e da DCNERER/2004; (2) identificar o quantitativo de crianças da creche e pré-escola do município, especialmente do campo, considerando os marcadores de cor e raça; (3) dialogar com as crianças sobre suas histórias e sobre questões étnico-raciais, apresentando oficinas relacionadas à história e cultura africana e afro-brasileira; (4) elaborar um material concernente às Relações Étnico-Raciais em contexto da Educação Infantil, especialmente do campo, a partir das interações realizadas com as crianças ao longo da pesquisa.

Tomando decisões: quadro teórico-metodológico

O percurso teórico-metodológico deste estudo é guiado pelo processo crítico e dialético de análise da realidade Gramsci (1986); Vázquez (1967); Cury (1986) para discussão e compreensão do fenômeno da educação na rede pública municipal de Ilhéus/BA. O estudo nessa perspectiva perpassa pela análise das categorias contradição, mediação, totalidade e práxis. Para o estudo do Estado, das políticas educacionais, da implementação da política pública apoiamos nos estudos de Gramsci (1986); Poulantzas (1985); Arretche (2001). Para pensar sobre a Educação Infantil do/no Campo Vieira e Silva (2023), Caldart (2011, 2023). Com relação ao estudo das crianças, infâncias e questões étnico-raciais apoiamos em Rosemberg (1996), Oliveira (2004), Dias (2017), Santiago (2019), Cavalleiro (2001) e os documentos legais que como a Lei 10.639/03, DCNERER/2004 e das DCNEI/2010. Para pensar pesquisa com crianças Kramer (2005), Sarmiento (2005), Corsaro (2005). Como método utilizaremos a Pesquisa-Ação por meio dos estudos de Thiollent (1998).

A pesquisa buscará, a partir das categorias à priori de análise, entender a realidade em que estamos inseridos, pensando no contexto social geral e local do nosso objeto de estudo: Educação Infantil; Crianças do Campo; Questões Raciais; Lei 10.639/03 e DCNRER. O estudo das categorias nos auxiliará a tentar compreender a organização da sociedade capitalista e racista, bem como o projeto de educação que resulta desse sistema, examinando o jogo de correlação de forças e as estratégias que são usadas para mantê-la.

Pensar tudo isso é um exercício complexo. Contudo, estamos tentando pensar de forma dialógica e crítica, partindo do olhar da relação local-totalidade-local em que está inserido local do objeto de pesquisa deste estudo. Para tanto, é preciso a partir de então, detalhar com clareza o que são as categorias de análise fundamentais em Cury (1986) e como cada uma delas pode nos ajudar a pensar a educação infantil, as crianças do campo, as questões raciais e as políticas públicas.

Para além disso, por se tratar de pesquisa com crianças pequenas, buscaremos caminhos metodológicos que estejam alinhados com a sociologia da infância e pedagogia da infância, traçando interseccionalmente os marcadores sociais de raça, território e geração, visto que os participantes da pesquisa são crianças, negras e não negras, do campo.

Como destaca Akotirene (2018, p. 39), “a interseccionalidade nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos [...]”. Segundo

Faria et. al (2015), a criança é triplamente excluída se considerarmos o fator da condição infantil (enquanto “menor”), pela condição social (enquanto pobre) e pela sua raça/etnia (enquanto negra). E se agregarmos a isso, a condição de crianças do campo? Pensando interseccionalmente, quais dados poderemos obter?

Vale destacar que o que buscamos não é um acumulativo de marcadores sociais (etária+social+etnica/racial+territorial), como destaca Rosemberg (1996), essa forma de percepção cumulativa não nos possibilitaria enxergar as contradições e complexidades que os envolve, pois, as mesmas não são lineares e redutíveis umas as outras. Pelo contrário, “[...] a intersecção dessas relações pode levar a interrupções, descontinuidades, alterações ou incrementos do impacto original das dinâmicas de raça, classe ou gênero em dado contexto social ou institucional” (ROSEMBERG, 1996, p. 59).

Entendemos a criança como sujeita histórica e de direitos, que questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura nas interações, relações e práticas cotidianas, construindo sua identidade pessoal e coletiva, enquanto brinca, imagina e experencia outras ações (BRASIL, 2010).

As crianças sabem de si, principalmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social, pois elas não estão à margem dos problemas sociais, do racismo escolar, elas vivenciam as consequências dessas relações sociais cotidianamente, as questões raciais atravessam e participam da formação da infância e nem sempre de forma positiva e, portanto, as crianças também produzem saberes acerca disso e, é isso que os adultos têm dificuldade em admitir ao se pesquisar as crianças e infâncias dessa natureza, os pequeninos são capazes de falar por si, para tanto o pesquisador tem que ter uma escuta atenta a todo momento (GOMES e ARAUJO, 2023).

Desconstruindo a ideia que foi dissuadida ao longo dos anos da criança como um ser incompleto, sem voz, um adulto em miniatura (ARIÈS, 1981), a sociologia da infância pensa a criança como um ator social que produz cultura (SARMENTO, 2005). Nos leva a considerar que há uma multiplicidade de infâncias, dependendo do contexto político, social e econômico em que as crianças estão inseridas. Não há uma criança universal, genérica. Sabe-se que a infância é uma construção social e histórica. Para Sarmento (2005), a infância não pode ser definida somente como um fator biológico, faixa etária, as crianças não são seres passivos de socialização, são atores sociais do agora e não do vir a ser.

Concordamos com Gobbi (2010), quando o autor afirma que:

Neste período da vida, meninos e meninas são considerados sujeitos históricos e de direitos, o que constitui formas de estar no mundo manifestadas nas relações e práticas diárias por elas vivenciadas, experimentando a cada instante suas brincadeiras, invenções, fantasias, desejos que lhes permitem construir sentidos e culturas das quais fazem parte permitindo-nos afirmar que são ativos, capazes, com saberes diversos, que se manifestam com riqueza demonstrando suas capacidades de compreender e expressar o mundo (p. 1).

É esse olhar que pretendemos ter sobre as crianças e as infâncias, construindo uma pesquisa COM as crianças envolvidas. O estudo também se ancora na Pedagogia da Infância, “uma pedagogia que corresponda à infância inteira, aberta e solta” (ROCHA, 1999, p. 140), principalmente por discutir a infância a partir da perspectiva do cuidar e educar, e por trazer um olhar as vivências escolares e as mediações entre professor – criança, criança – criança, comunidade – escola - criança, em uma perspectiva de educação emancipadora. Rocha (1999, p. 62) enfatiza que o objeto de preocupação da Pedagogia da Infância é a “própria criança e seus processos de constituição como seres humanos em diferentes contextos sociais, sua cultura, suas capacidades intelectuais, criativas, estéticas, expressivas e emocionais”.

Sendo assim, o que se busca com essa pesquisa não é dar voz as crianças, elas já têm e não somos interlocutores dessa capacidade que a criança tem de se expressar. É equivocado pensar que “dar” voz às crianças, observando atentamente às falas que elas produzem ou reproduzem sobre si mesmas e o mundo que as cerca, nos trará um desvelar sobre a infância (FELIPE e GUIZZO, 2004). Mais importante do que deixar a criança falar é garantir sua efetiva participação na pesquisa (ROCHA, 1999). Compreendendo que “a criança não é filhote do homem, ser em maturação biológica; ela não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança)” (KRAMER, 2011, p.5).

Como afirma Cohn (2005), a criança não sabe menos, ela sabe outras coisas. Portanto, é necessário não só uma escuta ativa de suas vozes, bem como proporcionar momentos que lhes permitam participar de todas as ações ao se fazer pesquisa com crianças e não sobre elas. Sendo assim, a metodologia adotada inicialmente se apoia na pesquisa-ação estudada por Thiollent (1998), por ser coerente com os objetivos pretendidos e a problemática apresentada, mas que se completa com metodologias mais recentes de estudos COM crianças de tornar visível as diferentes formas das crianças interagirem com o mundo. Afirmamos que as crianças são atores sociais, sujeitos de direitos no campo das políticas públicas e multiplicam saberes em todos os espaços.

A pesquisa-ação se caracteriza como uma pesquisa social que tem em suas bases epistemológicas um viés político e emancipatório, busca por meio dos seus procedimentos e

instrumentos fazer com que o pesquisador e os participantes sejam capazes de resolverem um problema, tomar consciência sobre algo ou/e produzirem conhecimentos sobre seu objeto de estudo (THIOLENT, 1998). Dentre os princípios da pesquisa-ação está a necessidade de “[...] uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada” (THIOLENT, 1998, p.16).

Compreendemos que a relação que se estabelece na pesquisa-ação é de troca e não de hierarquias de saber, sendo assim, partiremos do princípio de que as crianças, participantes da pesquisa, são conhecedores da realidade em que estão inseridas e podem contribuir para a reflexão da problemática a ser pesquisada, buscando soluções para superá-las dentro do ambiente escolar. Pretendemos fugir da perspectiva adultocêntrica (CORSARO, 2005), realizando mediações com as crianças e seus saberes que envolve a história e cultura africana e afro-brasileira almejando avançar em uma práxis como estudado por Vázquez (1967).

A pesquisa-ação não tem um fim em si mesma, ela se insere em um movimento de muito importante a ação-reflexão-ação, além de uma reflexão sobre a trajetória da pesquisa que não segue uma série de fases rigidamente ordenadas. Havendo sempre um vaivém entre as ações e reflexões, reordenando quando preciso, a fim de atender as circunstâncias e a dinâmica interna do grupo pesquisado e do pesquisador. A Figura 1 foi organizada pelo Grupo de Pesquisa CNPq Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPeGE), da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, inspirada na metodologia da Pesquisa-ação de Thiollent (1998) e demonstra em fases a pesquisa-ação, que não se findam em si mesma:

FIGURA 1 - Espiral – Fases da Pesquisa-Ação em Thiollent



Fonte: elaborado por Vieira e Vaillant, do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPeGE), Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC (2015).

De acordo com a figura 1, a primeira etapa “Objetos de Acordos” é o momento em que o pesquisador realiza as negociações com os participantes, com a apresentação dos objetivos de pesquisa, esclarecimentos sobre todo o processo e como se dará a participação de todos. O momento também pode ser usado para redefinir ações, retirando ou acrescentando atividades a pesquisa. É no momento dos acordos que serão apresentados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos adultos e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) as crianças e solicitada a assinatura, após os devidos esclarecimentos. Sendo assim, o objeto de acordos pode ocorrer em mais de um encontro.

A “Fase Exploratória e Delimitação do Problema” consiste no contato com os materiais de análise e o primeiro contato com o campo onde será realizada a pesquisa. Nessa etapa são realizados os procedimentos de coleta de informações, observações, interação com o espaço, reflexão sobre contexto em que a escola e as crianças estão inseridas, identificando suas especificidades regionais e locais. Nesse momento, o uso do caderno de bordo para as anotações em detalhes do observado é muito importante. Para Thiollent (1998), esse momento “consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou diagnóstico) da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações” (p. 56) a serem apresentados aos participantes da pesquisa. Por se tratar de crianças, essa etapa da pesquisa se apoia nas metodologias de pesquisas COM crianças, como mencionado no início desta seção.

A etapa dos “Seminários”, “consiste em examinar, discutir e tomar decisões acerca do problema investigado [...] centra todas as informações coletadas e discute as interpretações” (THIOLLENT, 1998, p. 67). As informações e dados recolhidos durante a exploração são apresentadas ao grupo quantas vezes forem necessárias durante a pesquisa. Esse momento também serve de diagnóstico para perceber se os objetivos estabelecidos nos “objetos de acordos” continuarão sendo coerentes ao longo da pesquisa ou se estão sendo alcançados.

A última etapa “Divulgação Externa” é a apresentação dos resultados encontrados e discutidos no grupo. A pesquisa-ação tem um compromisso político com os participantes investigados, essa etapa de divulgação é um momento importante para fortalecer a tomada de decisões e trazer a tona os ganhos da pesquisa (THIOLLENT, 1998). O que se busca é a construção de uma práxis reflexiva sobre o objeto pesquisado, pensar as contribuições que a pesquisa trouxe ao ambiente e os avanços ao longo dela para o pesquisador e os participantes diretos e indiretos.

Se consideramos a criança como sujeita histórica e de direitos, torna-se um valioso instrumento de transformação social, inseri-las em uma metodologia que lhes proporcione pensar as contradições e atuar sobre, questionando e construindo sentidos sobre a natureza e a sociedade (CURY, 1986).

Caminhos que se pretende trilhar e os resultados parciais

Para alcançar o objetivo da pesquisa, sem perder de vista a sua essência crítica e dialética, realizamos um plano de trabalho que pudesse nos levar a perceber a relação parte-todo-parte. No primeiro momento, construímos o estudo do aporte teórico-metodológico da pesquisa, para entender as categorias a priori da investigação que orientam o estudo e nos auxiliam a compreender a realidade vigente, considerando a dinâmica das relações e suas contradições implicadas no objeto de pesquisa, a Educação Infantil, a Lei 10.639/03 e as DCNERER/2004, como já citado anteriormente.

No segundo momento, optamos por fazer um levantamento bibliográfico para compreender como este campo de pesquisa vem se consolidando no Brasil. Há um provérbio africano oral que diz “*Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi*” (Não é tabu voltar para trás e recuperar o que você perdeu). O provérbio é representado por um símbolo de um pássaro, a explicação seria o seguinte: mesmo que o pássaro voe para a frente, ele olha continuamente para trás, para o passado, nos levando a refletir que é impossível entender o presente sem estar conscientes do passado (VITORINO, 2020). O momento de levantamento bibliográfico desta pesquisa e de todo o processo de escrita representou isso, estar consciente das pessoas/pesquisadores (as) que fizeram e vieram antes de nós e nos ajudam a pensar o nosso objeto.

Posteriormente, buscamos o estudo quantitativo, para pensar as crianças matriculadas na pré-escola e na creche do município, especialmente do campo, considerando os marcadores de cor e raça. Foi realizado um levantamento nos *sites* oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados de matrículas da escola pesquisa junto a Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus-BA (SMEI). Esse passo foi importante não só para pensar quem são os participantes da pesquisa, mas também para refletir sobre dados dos indicadores de cor/etnia, considerando o marcador social, fonte importante do contexto da pesquisa, educação do/no campo e como essas

crianças, principalmente as negras, são assistidas pelas políticas públicas de educação e em sua relação com a participação, proteção e provisão.

Aguardamos à aprovação da pesquisa no Comitê de Ética da Pesquisa (CEP) para a inserção junto a escola, sua organização, os tempos e os espaços para então, acordar junto com os participantes, especialmente as crianças, os passos que serão desenvolvidos dentro do campo de pesquisa. Também há uma previsão de conhecer as ações formativas utilizadas pelo município para os/as professores/as da Educação Infantil do Campo a respeito da implementação da Lei n. 10.639/03 e da DCNERER/2004, analisando também os documentos municipais escolares.

De acordo com o Laboratório de Dados Educacionais (LDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) de 2021, a rede pública de educação da cidade de Ilhéus-BA possui 104 escolas, sendo 83 na zona urbana e 21 na zona rural (termo usado pelo *site*). Dessas, das 21 escolas localizadas no campo, 19 atendem a Educação Infantil (compreendendo creche e pré-escolas junto). Em 2020, as matrículas da creche e pré-escola do campo em Ilhéus-BA totalizavam 1.072, sendo que as matrículas na pré-escola chegam a totalizar o dobro se comparado a creche (Laboratório de Dados Educacionais, 2020).

Com relação à cor/etnia das crianças matriculadas na Educação Infantil do campo em Ilhéus-BA, no ano de 2020, constam conforme Quadro 1, os seguintes dados:

1567

Quadro 1 - Número de Matrículas (creche - pré-escola), localidade (rural), Cor/Raça - ILHEUS-BA 2020

Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
523	15	18	198	2	316
Total de matrículas					1.072

Fonte: Elaborado pela autora por meio dos dados do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR, a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP, 2020.

Os dados do Quadro 1 são retirados da base de dados do Censo Escolar, que é administrada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação. Realça do Quadro 1 que, 523 crianças não declara sua cor, o que nos leva algumas reflexões, dentre elas, relacionadas à políticas educacionais. A importância de qualificar essas informações nos auxilia a entender quem são essas crianças, e utilizar essas informações para, por exemplo, definições e avaliações de políticas curriculares, de valorização dos(as) educadores(as), de fomento e de financiamento.

Escolhemos uma escola municipal da rede pública de Ilhéus-BA que atende especificamente a Educação Infantil do campo. Esta escola está localizada no campo de Ilhéus, atende a comunidade de baixo poder aquisitivo e crianças oriundas da comunidade e de bairros circunvizinhos.

Considerações Finais ou Conclusão

Espera-se que o conjunto de informações produzidas pela pesquisa possa servir de subsídios para formulação de ações políticas e sociais no campo mais amplo como a rede municipal, que combatam toda forma de colonialidade, opressão e desvalorização social, pautada em premissas discriminatórias de base racial. Além de aportes para implementação de políticas de formação de professores(as) voltadas para o cumprimento da Lei 10.639/03 e da DCNRER, desde a Educação Infantil. Espera-se ainda, que venha a contribuir na formação identitária das crianças negras, tornando-as conhecedoras e orgulhosas da sua própria história e dos povos africanos e afro-brasileiros. Além de contribuir para o fomento de ações e discussões das questões étnicos raciais na Educação Infantil no contexto da instituição pesquisada.

1568

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Ribeiro Nogueira; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUCSP, p. 43-56, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf f. Acesso em: 12 de abr. De 2024.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 12 de abr. De 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 12 de abr. De 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília (DF), 10 de março de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf Acesso em: 05 out. 2023.

CALDART, Rosali Salette. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Rosali Salette; MOLINA, Mônica Castagna (org.) **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 87-131, 2011.

CALDART, Rosali Salette. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ.Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 de set. 2023.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. (Ed.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro, p. 141-60, 2001.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORSARO, William A. Entrada no Campo, aceitação e natureza da participação nos estudos Etnográficos com crianças pequenas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/HkDSKzZZJKdsSftqBHmZxbF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CURY. Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**/ Carlos Roberto Jamil Cury. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

DIAS, Lucimar Rosa. **Educação Infantil e Diversidade Étnico-racial; compartilhando experiências**. Curitiba: UFRB/NEAB, apresentado originalmente como dissertação de mestrado à Uiversidade Federal do Mato Grosso do Sul em 1997, 2017.

FARIA, Ana Lúcia Goulart (org). et al. **Infâncias e Pós-Colonialismo: pesquisas em busca de Pedagogias descolonizadoras**. Campinas: Leitura Crítica, 2015.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (orgs). **Corpo, Gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, p. 31-40, 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643546>. Acesso em: 12 abr. 2024.

- GOBBI, Márcia. **Múltiplas linguagens de meninos e meninas no cotidiano da Educação Infantil**. 2010. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6678-multiplaslinguagens&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 mar. 2024.
- GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene. **Infâncias Negras**. Petropolis, RJ; Vozes, 2023.
- GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan/abr 2012.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986.
- KRAMER, Sonia. **Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie**. In: Direitos Humanos na Sala de Aula, Rio de Janeiro, Novamerica, ano 6, n. 63, jul. 2005.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Revista de Estudos Afro-Brasileiros**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 7-22, 2004.
- OLIVEIRA, Fabiana. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?** Dissertação (Mestrado)- Programa de PósGraduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em:
<file:///C:/Users/lavin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Mestrado/7633-Texto%20do%20artigo-19771-1-10-20191119.pdf > Acesso em: 10 de out.2022.
- PICCOLO, Gustavo Martins. Educação Infantil: Análise da Manifestação Social do Preconceito na Atividade Principal de Jogos. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo- São Carlos, 2008.
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 1ª ed., 2023.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia de Letras, 1ª ed., 2019.
- ROCHA, Eloisa Acires Candal. A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. 1999. **Tese** (Doutorado em Educação). UNICAMP, Campinas, 1999.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 3-86, 1996. Disponível em:
<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/814>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- SANTIAGO, Flavio. Eu quero ser o sol! crianças pequeninhas, culturas infantis, creche e intersecção. São Carlos: Pedro & João Editores, 154p. **Dissertação** (Mestrado), 2019.
- SANTOS, Joedson Brito; VIEIRA, Emilia Peixoto; SILVA, Tarcia Regina. As políticas curriculares bncc e bnc -formação no contexto da educação infantil: reflexos para a educação das relaçõesétnico-raciais. Debates em Educação | Maceió | Vol. 14| Nº.Especial| Ano 2022. Disponível em :
<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12677/9652>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SANTOS, Natália Lopes dos. O Acolhimento Inicial de Bebês Negros e Negras nos Espaços da Creche: Aspectos a Considerar e Desafios a Alcançar. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade**: Uma introdução a teoria do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Kátia Karoline Ferreira. Representações Sociais de Crianças sobre Corpo Negro e Cabelo Crespo: Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil. 2022. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1998.

TRINDAD, Cristina Teodoro. Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil. **Tese** (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VIEIRA, Emilia Peixoto; CERQUEIRA, Fernanda Candido da Silva. A Educação Infantil do/no campo: um mapeamento dos estudos da temática. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 41, n. 2, p. 1-22, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2023.e86626>>. Acesso em: 12 abr. 2004.

VIEIRA, Emilia Peixoto ; VAILLANT, Frédéric; MOREIRA, Maricélia de Souza Pereira. O uso da metodologia pesquisa-ação para análise de políticas educacionais. **Revista Intersaberes**, v. 17, n. 40, p. 11-25, 2022. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/228>. Acesso em: 12 abr. 2024.

VITORINO, César Costa. Provérbios Africanos em Tampas de Panelas de Barro, o Olhar Linguístico e a Sociologia das Emoções. **III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias**-Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, 2020.

Autor 1:

Lavinia Brasilino de Moraes



Discente do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC (2023). Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPEGE). Integrante e bolsista da Pesquisa "Do outro lado da margem: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia".

Email: lbmoraes.ppge@uesc.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7605976646864871>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4299-4289>

Autor 2:



Emilia Peixoto Vieira
Pós-Doutora Universidade Sorbonne Paris Nord. Professora Pleno do Departamento de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação/PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC. Vice-Coordenadora PPGE/UESC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPeGE).

Email: emilcarl28@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9111894483090249>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9718-742X>